

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
INSTITUTO VILLA-LOBOS
LICENCIATURA EM MÚSICA

EDUCAÇÃO MUSICAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO ADOTADO NA ESCOLA
MUNICIPAL FRANCISCO ALVES

SHIRLEY GOES DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO, 2008

EDUCAÇÃO MUSICAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO ADOTADO PELA ESCOLA
MUNICIPAL FRANCISCO ALVES

Por

SHIRLEY GOES DE OLIVEIRA

Monografia apresentada para
conclusão do curso de Licenciatura
em Música do Instituto Villa-
Lobos, Centro de Letras e Artes da
UNIRIO, sob orientação da
professora Silvia Sobreira.

Rio de Janeiro, 2008

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e por tudo o que tem me concedido viver.

A meus pais, pelo amor e cuidado que sempre tiveram comigo, além dos inúmeros esforços que me permitiram chegar até aqui.

A Professora Silvia Sobreira, pela paciente orientação.

A todos os mestres que participaram da minha formação.

A Escola Municipal Francisco Alves e as professoras Margarida e Priscila, pela paciência durante o período da pesquisa.

Aos meus irmãos e meu noivo Carlos pela paciência durante as incansáveis horas de estudo.

OLIVEIRA, Shirley G. de *Educação musical e o processo de inclusão adotado na Escola Municipal Francisco Alves*. Monografia (Licenciatura em Música)- Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal analisar as aulas de música ministradas em uma turma de alunos com necessidades educacionais especiais da Escola Municipal Francisco Alves no Rio de Janeiro. Através da observação destas aulas, discutiremos o processo de inclusão adotado por esta escola. Para tal, uma série de entrevistas foi realizada com professoras que trabalham com a turma de alunos especiais. As professoras responsáveis pelas aulas de música e as professoras que acompanham a turma diariamente falam sobre suas experiências com este grupo de alunos. Atividades que foram realizadas com estes alunos são aqui descritas e discutidas. A partir da observação do processo de inclusão que ocorre nesta escola, discutiremos propostas para a educação especial e dificuldades em aplicá-las diante da realidade brasileira.

Palavras-chave: educação especial, inclusão, educação musical.

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I- UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	9
CAPÍTULO II- FRANCISCO ALVES E O PROJETO.....	14
CAPÍTULO III- AS PROFESSORAS E SUAS EXPERIÊNCIAS.....	21
CAPÍTULO IV- AS ATIVIDADES.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu durante meu curso de graduação, quando tive a oportunidade de cursar uma disciplina chamada Educação Especial e percebi o quão importante era o assunto e como era pouco abordado durante os quatro anos do curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Tal interesse acentuou-se a partir da experiência que tive com uma turma de alunos com necessidades educacionais especiais diversas e em diferentes fases do desenvolvimento físico, motor e cognitivo. A partir dessa experiência vi o quanto é importante trazer à tona o assunto para que os caminhos para o cumprimento das leis referentes à educação especial sejam percorridos com maior tranquilidade pelos professores.

Atualmente, inúmeras discussões sobre inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais têm sido travadas nas escolas e na sociedade em geral. As leis e políticas públicas referentes à educação inclusiva no Brasil sofreram grandes avanços nos últimos 15 anos. Há, no entanto, uma grande distância entre os dispositivos legais e o cotidiano (Corrêa, 2003). Um dos grandes motivos que impedem a aproximação entre as leis e a realidade nas salas de aula brasileiras é a falta de profissionais preparados para lidar com alunos que possuem necessidades educacionais especiais. Soma-se a isso o fato de que ainda há muito preconceito, provocado, em grande parte, pela falta de conhecimento do assunto.

Apesar dos avanços das leis e políticas públicas que privilegiam a educação de alunos com necessidade especiais e dos processos de inclusão destas pessoas, são pouquíssimos os cursos de formação nesta área, número que é ainda mais reduzido quando consideramos apenas a deficiência mental e o estudo da música, tema desta pesquisa. O curso de Licenciatura em Música da UNIRIO não oferece, de maneira regular, disciplinas que abordem

essa temática. Existe uma disciplina optativa, que pode ser cursada no Centro de Ciências Humanas. No entanto, a educação especial na área da música não é oferecida. Esse fato pode ser explicado por ser uma inovação legal, fator que também implica no reduzido número de profissionais preparados para assumirem o cargo de educadores de alunos especiais.

A já citada falta de conhecimento sobre este assunto gera alguns equívocos. Um equívoco comum surge em função da denominação adequada para se referir às pessoas com necessidades especiais. O termo médico correto seria *anomalia* (Louro, 2006). Atualmente, ou por se achar mais polido, ou por uma problematização da carga histórica e socialmente construída sobre a anormalização dessas pessoas, é comum dizer que “trata-se de uma pessoa com uma deficiência” (Louro, 2006). Ainda existe certo desconforto com relação à denominação e pode-se dizer que não há um consenso.

Para efeito deste trabalho, adotarei, como sugerido por Louro (2006), os termos “pessoas ou alunos com necessidades especiais”, “alunos especiais” ou “pessoas com deficiência”. Em minha experiência com esse tipo de aluno prefiro o termo -“alunos especiais”-porque sua utilização me parece mais afetiva.

Outro engano, bastante comum, é que se confundam as aulas para os alunos especiais com as terapias para as diferentes necessidades. Desta forma, aquilo que deveria ser considerada uma função pedagógica é visto como terapia.

Quanto ao direcionamento pedagógico musical, apesar de surtir, muitas vezes, resultados tão benéficos quanto os de uma terapia que utiliza a música, não pode ser considerado um processo terapêutico, uma vez que os objetivos pedagógicos musicais diferem, em princípio, dos reabilitacionais. Embora conheçamos a importância da música para o desenvolvimento do ser como um todo, podemos afirmar que, dentro de um processo pedagógico musical, de certo modo, adquirir conhecimento e ou habilidades específicas é o foco central, enquanto na terapia, mesmo que adquirido um aprendizado musical ou uma habilidade instrumental, o foco principal é a saúde, e a recuperação de algum *déficit* físico, mental ou psicológico do indivíduo (Louro, 2006, p.66).

Santos (2007) também descreve a diferença entre a educação musical e a musicoterapia: “É importante ressaltar que a musicoterapia difere da educação musical especial, principalmente pela sua finalidade, já que a primeira tem por objetivo final terapeutizar sua clientela e a segunda, tem por objetivo final o aprendizado musical dos alunos.” (Santos, 2007, p.2).

Por outro lado, deve-se ter o cuidado de, na tentativa de não confundir os objetivos das aulas de música com os da musicoterapia, não tentarmos suprimir totalmente os benefícios terapêuticos que a música pode conceder aos alunos especiais. Sobre este assunto Santos (2007) ainda afirma que “é de extrema relevância, para ambas as áreas que se crie um diálogo entre elas onde reciprocamente possam buscar conhecimentos e assim contribuir para o desenvolvimento e amadurecimento de ambas as categorias profissionais”. (Santos, 2007, p.3)

Outro conceito que será abordado neste trabalho e gera bastante confusão é o de inclusão. O Conceito de Educação Inclusiva adotado aqui é o de uma educação que tem por objetivo:

Assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independente da sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiológica, a igualdade de oportunidades educativas, para que possam usufruir de serviços educativos de qualidade conjuntamente com outros apoios complementares (...) com o objetivo de serem preparados para uma vida futura, o mais independente e produtiva possível, como membros de pleno direito da sociedade (Fonseca, 2004, p.41) ¹.

Todos devem aprender juntos e em ajuda mútua (Cardoso, 2004). A educação inclusiva não tem por objetivo a pura e simples transmissão de conteúdos para os alunos, mas contribuir para que estes adquiram uma maior autonomia e independência, além de promover crescimento pessoal para que vivam como membros plenos da sociedade.

Opondo-se ao conceito de inclusão, temos a exclusão. Vemos e vivemos em uma sociedade que ao longo dos anos excluiu as pessoas com necessidades especiais. A definição de exclusão utilizada nesse trabalho é aquela onde a pessoa com deficiência é excluída de uma

¹ Texto original em Português de Portugal.

convivência social digna, sendo submetida à situação de marginalização, desrespeito, preconceitos e humilhações. Desta forma os especiais ficam de fora da sociedade e da oportunidade de educação. Os autores que escrevem sobre educação especial definem a inclusão, mas não a exclusão. Porém, ao definirem o conceito de inclusão, deixam implícito o significado da exclusão a que são submetidos estes alunos.

Há ainda o conceito de educação integradora dos alunos especiais. Segundo Corrêa (2003), neste processo, assim como na inclusão, os alunos têm a oportunidade de estar em escolas de ensino regular². Esta proposta, porém, difere da proposta da inclusão porque as escolas e os professores não necessitariam se reorganizar a fim de alcançar uma estrutura adequada. Neste caso, os alunos especiais ficam sem o atendimento especializado de que necessitam. Com este tipo de organização, estes alunos perdem o direito à educação, pois ao invés da escola se adaptar para recebê-los, eles é que têm que se adaptar para estar na escola.

No trato com os alunos especiais, entre os educadores inexperientes, nos parece ocorrer, geralmente, três tipos de dificuldades interligadas: o medo, o sentimento de que não se está adequadamente preparado e o preconceito. O medo surge a partir da noção de que se está diante de uma situação sobre a qual não se tem controle devido à falta de conhecimento e preparo. Em muitos casos, após perceber o medo e o despreparo vem o preconceito. Este último prejudica a aprendizagem, o desenvolvimento e também o processo de inclusão dos alunos especiais.

Para os professores de música há ainda mais uma preocupação: Quais os objetivos da aula de música para os alunos especiais? O que trabalhar com os alunos? Como não cair nos extremos de exigências muito acima ou muito abaixo da capacidade dos alunos?

A fim de verificar algumas das questões levantadas acima, acompanhei as aulas de música de uma turma de alunos com deficiência mental. A turma escolhida para fins deste

²Considero aqui escolas ou turmas de ensino regular aquelas que atendem alunos sem necessidades educacionais especiais, em contraposição a escola ou turma que atende somente alunos especiais.

estudo é atendida na Escola Municipal Francisco Alves, situada, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Vale esclarecer que, assim como a grande maioria das escolas da rede pública, a escola Francisco Alves não está preparada para colocar todos os alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula de ensino regular, pois não há uma equipe com formação adequada para tal. No entanto, eles desenvolvem um trabalho, que se torna possível graças ao empenho e carinho das professoras da instituição em questão, que lutam para dar a esses alunos as mesmas oportunidades de aprendizagem que são oferecidas aos alunos das turmas regulares. Essas professoras procuram novos conhecimentos sobre educação especial, e nesse ponto, por vezes são auxiliadas pelo governo municipal do Rio de Janeiro, que oferece oportunidades de cursos de aperfeiçoamento, embora não regularmente.

Além da turma de alunos com deficiência mental, a Escola Municipal Francisco Alves possui uma turma de alunos com condutas típicas³. Cada turma possui no máximo 9 (nove) alunos. Os professores que trabalham nestas turmas possuem formação adequada. Tendo a turma pequeno número de alunos, as professoras podem conhecer melhor seu público, assim como suas dificuldades e estudar melhores meios para vencê-las. Em uma turma regular, o mesmo trabalho que é realizado com esta turma especial, não poderia ser feito sem a estrutura adequada.

O modelo de inclusão adotado pela escola Municipal Francisco Alves, aparentemente, está no rumo certo. A proposta da Escola Francisco Alves pode ser adotada na estrutura escolar que a maioria das escolas do Rio de Janeiro possui atualmente.

Na escola Francisco Alves, os alunos especiais recebem as mesmas oportunidades de educação através das classes especiais. Se ao contrário, eles freqüentassem as salas de aula de ensino regular, juntamente com outras crianças, não poderiam contar com a equipe de apoio

³ Segundo informações obtidas no site < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha10.pdf>>, alunos com condutas típicas são aqueles que apresentam problemas de natureza emocional, social ou comportamental. Estes alunos não necessariamente possuem algum comprometimento ou atraso intelectual. No entanto, apresentam comportamentos altamente inconvenientes ou inadequados. Estes comportamentos são recorrentes e podem ser voltados para o próprio sujeito ou para o ambiente externo.

necessária para atender às suas especificidades. Isso poderia ser um fator que os levaria a uma situação de exclusão e ausência de oportunidades de aprendizagem, ocultadas pela falsa aparência de inclusão. Alguns alunos especiais desta escola são reagrupados em turmas de ensino regular. No entanto, isto só ocorre quando as professoras percebem que este reagrupamento não trará prejuízos à educação destes alunos.

Apesar dessa disposição - turmas especiais para alunos especiais, a escola possui muitas atividades extra-classe e nessas atividades, que são freqüentes, os alunos especiais e os alunos das turmas de ensino regular (turmas de alunos sem necessidades educacionais especiais) estão em contato, aprendendo e crescendo uns com os outros. A turma de alunos especiais ocupa um espaço físico entre as salas de aula de ensino regular e não em um canto à parte. Isso é um fator positivo, pois, em algumas escolas da rede pública, até pouco tempo atrás, esse alunos eram isolados ou ficavam em salas equipadas com grades, comprovando sob a falsa aparência de inclusão, que na realidade, praticava-se a exclusão.

O modelo de inclusão da escola municipal Francisco Alves, assim como de todas as escolas do município do Rio de Janeiro, é supervisionado pelo Instituto Helena Antipoff⁴ – Instituto conveniado com a Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro e que há 31 anos atende alunos especiais das escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, promovendo a inclusão destes. O Instituto busca produzir conhecimentos em educação especial além de confeccionar materiais multi-sensoriais que contribuem para atualização permanente dos professores e desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. O Instituto mantém oficinas, entre as quais: teatro, dança, música, artes plástica, ginástica, informática, oficina vivencial de ajudas técnicas e pedagógicas, além de brinquedoteca e um centro de transcrição em braile para cegos ou pessoas de baixa visão. As oficinas são desenvolvidas

⁴ Todas as informações sobre o Instituto Helena Antipoff foram retiradas dos sites governamentais. Disponível na internet nos sites <http://www.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/instituto_h_antipoff.htm> Acesso em: 08 de Out. 2007 e <http://www.rio.rj.gov.br/sme/leia_tambem/iha.htm> Acesso em 04 Dez 2007.

com o objetivo de pesquisar novos recursos e metodologias que auxiliem no desenvolvimento dos alunos. O Instituto é um centro de referência em educação especial.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a educação musical especial e o processo de inclusão adotado na escola Municipal Francisco Alves. Foram observadas aulas de música em uma turma de alunos especiais de alunos com deficiências mentais na referida escola.

O trabalho se justifica por dar aos professores que não tem experiência nessa área, um pouco de conhecimento sobre um determinado processo de inclusão. Além disso, são mostradas sugestões e atividades, que possam desenvolver as habilidades musicais daqueles alunos, além de fornecer aos professores iniciantes um ponto de partida para planejar suas aulas.

Como mencionado por Santos (2007), existe pouco material didático para orientar o professor. Neste sentido, o estudo aqui apresentado pode ser considerado uma pequena contribuição àqueles que precisem lidar com problemas semelhantes aos aqui descritos.

Devido à escassa bibliografia que possa orientar o professor que se inicia nesse assunto, esta pesquisa foi feita a partir das observações das atividades realizadas na escola escolhida. As professoras que lidam com os alunos aqui descritos foram entrevistadas, uma vez que a opinião de quem lida diretamente com o problema confirma os aspectos abordados teoricamente. As perguntas feitas às entrevistadas avaliam a importância que estas dão às aulas de educação musical para os alunos especiais. As entrevistas ajudam ainda a compreender como a escola lida com a questão da inclusão, mesmo diante de tantas dificuldades como, por exemplo, a falta de recursos (uma vez que é necessária a criação de novos caminhos educacionais para viabilizar a educação de alunos deficientes) e a falta de profissionais preparados. O suporte teórico é dado por autores como BEYER (2005), CORRÊA (2003) e LOURO (2006).

O trabalho está organizado da seguinte maneira: O primeiro capítulo contém um pequeno histórico da situação das pessoas com necessidades especiais e formas de acesso destes à educação. O segundo capítulo aborda a inserção do projeto que levou as aulas de música à instituição em questão, além das entrevistas com as professoras que ministraram as aulas de música na turma especial durante o período da pesquisa. O terceiro capítulo contém o resumo das entrevistas com as professoras que acompanham a turma especial diariamente. O quarto capítulo apresenta algumas das atividades realizadas nas turmas e considerações que devem ser levadas em conta na preparação dessas aulas.

CAPÍTULO 1

UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sabemos que atualmente há um movimento pela inclusão social educacional de pessoas com deficiência, mas nem sempre foi assim. Autores como Beyer (2005) e Corrêa (2003) relatam esta lamentável história.

Segundo Corrêa (2003), ao longo dos anos, o tratamento conferido às pessoas com necessidades especiais sofreu inúmeras transformações. Sentimentos diversos e ambíguos tais como piedade, rejeição, cuidado, abandono, perseguição e proteção cercaram (e cercam) pessoas que nasciam ou adquiriam algum tipo de deficiência.

Na Antigüidade, pessoas com necessidades especiais eram asfixiadas, afogadas ou abandonadas. Em Roma eram tratadas como bobas ou usadas para o trabalho em circos. Na Grécia, eram sacrificadas ou escondidas. Em Atenas, eram abandonadas ou mortas pelo próprio pai. Em Esparta, eram eliminadas, abandonadas em um abismo chamado *Apothetai* ou condicionadas a viver de forma subumana (Corrêa, 2003).

Um longo e doloroso caminho foi percorrido por especiais, parentes e amigos até que fossem reconhecidos como cidadãos plenos com direitos e deveres. Uma conquista relevante para este grupo foi a possibilidade de acesso à educação. Anteriormente considerados como problema médico, eram considerados sujeitos ineducáveis (Beyer, 2005, Corrêa, 2003).

As conquistas educacionais dos especiais foram muitas. Por volta de 1900, a educação especial já era uma questão muito mais pedagógica do que médica.

No Brasil, a segunda metade do século XX foi marcada por iniciativas oficiais de âmbito nacional. Neste período foi considerável o número de ações governamentais.

Em 1960 foi criada, no Rio de Janeiro, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Aluno com necessidades especiais Mentais (Cademe), por influência de movimentos liderados pelas Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e sociedade Pestalozzi (Sociedade que também ofereciam atendimento aos especiais). A campanha tinha como finalidade, em todo o Brasil, educar, treinar, reabilitar e atender educacionalmente crianças com deficiência mental, melhorando suas condições físicas, psíquicas e sociais. Em 1973 foi criado o Cenesp para atendimento dos excepcionais. Com a criação do Cenesp, as campanhas nacionais foram extintas. Mais tarde, o Cenesp se transformou na Secretaria de Educação Especial (Sespe).

A criação destas e de outras instituições denota um interesse da população (ou pelo menos parte desta) em atender e oferecer aos alunos com necessidades especiais mentais as melhores possibilidades de crescimento e desenvolvimento, diferente do que vimos no início deste capítulo, onde eles (assim pessoas com outras necessidades especiais) eram mortos, abandonados ou explorados. Grande foi o caminho percorrido até chegarmos ao reconhecimento de que a pessoa com necessidades especiais não é um ser demoníaco ou inútil socialmente. No entanto, ainda temos uma longa trajetória até a inserção total destes na sociedade e nas escolas, nosso interesse aqui neste trabalho. Atualmente, o interesse discutir a educação especial e a inclusão tem crescido entre os educadores brasileiros. Oliveira (2007), escrevendo sobre formação de repertório para o trabalho com os especiais; Gonçalves (2006), escrevendo sobre a inclusão através da música e retorno da música às escolas públicas brasileiras através do movimento de inclusão; Sudario (2006) escrevendo sobre inclusão social através da música; Junior e Sá (2007), escrevendo sobre a construção da subjetividade da criança autista através da música e Paiva *et al* (2007), escrevendo sobre o trabalho da hiperatividade de um aluno especial através da música são alguns dos educadores que pesquisaram a educação musical especial e/ou inclusão através da música.

Segundo Beyer (2005) história da educação especial passou por três momentos distintos. O primeiro momento foi inaugurado pela criação das escolas especializadas. O segundo momento foi marcado pelo movimento de integração e o terceiro momento e mais aceito, segundo Beyer (2005) e Corrêa (2003), pela maioria dos teóricos da educação especial, é marcado pelo movimento de inclusão. A diferença entre estes três momentos é descrita a seguir. Para Beyer (2005) não há diferenças entre a teoria da integração e a da inclusão. No entanto, a prática da integração no Brasil não ocorreu conforme o previsto na teoria. Desta forma, fez-se necessário um novo movimento, desta vez o de inclusão.

Segundo Beyer (2005), o primeiro passo dado em direção à educação de alunos com necessidades educacionais especiais foi a criação das escolas especiais. Inicialmente, a educação e as escolas eram voltadas somente para pessoas consideradas educáveis, ou seja, sem nenhuma necessidade especial. Esta escola é a que eu chamo, neste trabalho, de escola de ensino regular.

Segundo o autor, a educação e as escolas de modo geral sempre foram seletistas, ou seja, escolhem determinado grupo para atender. Na Antiguidade, somente os filhos de ricos tinham acesso à educação, Na Idade Média, somente os alunos dos mosteiros e os filhos dos nobres. Na Renascença, a educação tornou-se instrumento de ascensão social para os burgueses. O autor ainda afirma que nenhuma escola atendeu a todas as crianças, sem exceção.

No caso das crianças especiais, esse problema é ainda maior, e a escola especial surgiu como paliativo para a questão da educação de deficientes, os quais, até então, nunca tiveram espaço nas escolas regulares.

Segundo Beyer, após o surgimento das escolas especializadas, houve um movimento de integração dos alunos especiais. Este movimento de integração, ocorrido na década de 60 no Brasil, previa a entrada de alunos especiais em escolas e turmas de ensino regular. Percebeu-se, no entanto que, com a integração, os alunos especiais tinham que se adaptar ao ingressar na

escola integradora, e não a escola se reorganizar e preparar-se para receber estes alunos. Segundo Corrêa (2003), esta proposta foi bastante criticada por ter caráter mais teórico que prático. Nas palavras da autora “durante muito tempo, a educação ocupou, no ambiente educacional, maior importância teórica que prática. O fato de não se efetivar foi resultante de uma série de dificuldades, dentre as quais se destaca a imobilidade da escola diante do novo modelo.” (Corrêa, 2003, p.93).

Segundo Beyer (2005), a proposta de inclusão surgiu na década de 90 para resolver este problema da integração. A escola integradora foi criada para receber as crianças especiais, no entanto, não estava se preparando para tal. Surgiu deste dilema, a necessidade de um outro tipo de proposta. Como já descrito, a escola inclusiva, diferente da integradora, deveria se adaptar para receber os alunos com necessidades educacionais especiais. No entanto, no Brasil, não é esta a realidade que encontramos ainda hoje.

Algumas tentativas e propostas de inclusão foram realizadas em países europeus e são sugeridas para serem reproduzidas no Brasil. Mas a realidade social, política, econômica e educacional dos países europeus não é a mesma do Brasil.

A proposta de inclusão indicada por Beyer (2005) como a mais eficiente, sugere colocar os alunos especiais em sala de aulas de ensino regular desde que haja uma estrutura adequada com individualização dos alunos, ou seja, os objetivos a serem atingidos devem respeitar as individualidades dos alunos: individualização da didática, individualização da avaliação, redução do número de alunos em sala de aula e mais de um professor para atendê-los - o sistema da bidocência.

Para o autor, as escolas especiais não representam a maneira mais efetiva de educar os especiais. Elas apenas ofereceram um método rápido para atender as necessidades daqueles alunos, enquanto a sociedade e as escolas regulares não se preparavam para recebê-los. Segundo

o autor, a solução mais adequada para atender aos alunos especiais seria a proposta da inclusão nos moldes acima descritos.

No Brasil, um dos grandes problemas para realizar este tipo de inclusão, é o fato de as escolas continuarem despreparadas. Ainda falta conhecimento por parte dos profissionais para lidar com essa estrutura de escola. No nosso país, este tipo de processo, se implementado nas condições atuais das escolas, provocaria exclusão e tiraria dos alunos especiais a oportunidade de aprenderem e serem realmente incluídos, não só no espaço escolar, mas na sociedade através da educação.

Além da falta de profissionais preparados, há ainda outros problemas, entre os quais: a dificuldade das escolas em reestruturarem seus procedimentos para atender melhor a todas as diferenças e a falta de investimentos, por parte das esferas governamentais, na formação de profissionais e na preparação de espaços adequados para receber estes alunos.

Beyer (2005) reconhece a dificuldade brasileira em lidar com a educação inclusiva. Ele critica os aspectos paradoxais das leis que orientam a educação especial no Brasil. Para Beyer “não há como elaborar, assim, afirmações teóricas da aplicabilidade do princípio de uma educação inclusiva de forma irrestrita no contexto geral da educação brasileira.” (Beyer, 2005, p.39). Ele afirma ainda que “se a situação atual em nosso país não permite a generalização, quanto à implementação das práticas escolares inclusivas, não pode haver, também, a obrigatoriedade de participação nas mesmas.” (Beyer, 2005, p.39).

A proposta de Beyer (2005) se aplicaria em uma escola com número suficiente de profissionais preparados, além de toda uma reestruturação da escola tanto de reconceitualização de seu papel como reorganização de seu espaço. Infelizmente, essa proposta ainda não é passiva de aplicação na maioria das escolas brasileiras, uma vez que estas não possuem toda a estrutura necessária.

CAPÍTULO 2

FRANCISCO ALVES E O PROJETO

O Projeto de Extensão que possibilitou a inserção das aulas de música na Escola Municipal Francisco Alves teve início em Setembro de 2006. Inicialmente denominado “Intercâmbio Pedagógico”, o projeto surgiu a partir da iniciativa particular da professora Silvia Sobreira - professora do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Através deste projeto, a professora pretendia dar aos alunos daquela escola a oportunidade de terem aulas de música sob a sua responsabilidade.

Em 2007, duas alunas da professora Silvia - Juliana Chrispim e Cristina Soares - foram inseridas no projeto como monitoras da disciplina PROM (Processos de Musicalização), ficando a primeira responsável pela Educação Infantil e a segunda pela Educação Especial. Durante o ano de 2007, os alunos inscritos na disciplina PROM tiveram a oportunidade de organizar, a cada semestre, uma aula de música com as crianças da escola parceira. Desta forma o projeto passou a favorecer aos alunos da Licenciatura em Música da UNIRIO, proporcionando-lhes um ponto de partida para a reflexão da prática docente sob a ótica daquele universo específico.

Durante o ano de 2008 foi estabelecida a realização formal dos estágios dos alunos da Licenciatura em Música da UNIRIO dentro do projeto, ou seja, na escola municipal. Esta mudança foi de fundamental importância para os licenciandos, uma vez que, desta forma, eles tiveram a rica e rara oportunidade de estarem diante de uma turma de alunos especiais (além das turmas de ensino regular), ainda durante a graduação, fato que, conforme mencionado na introdução deste trabalho, não ocorre com frequência nas instituições formadoras do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento do projeto se deu graças ao auxílio das professoras da escola, que, ao valorizarem as aulas de música como aspecto importante na formação de seus alunos, se esforçaram ao máximo para viabilizar a inserção das aulas de música nas turmas. Pode-se dizer que o empenho maior por parte da equipe docente está em desenvolver as turmas de alunos especiais, embora o projeto atenda a todas as turmas dos dois turnos da escola.

Este capítulo descreve duas entrevistas. A primeira, feita com a professora Silvia Sobreira, professora organizadora do projeto acima descrito e a segunda, feita com Cristina Soares – aluna do curso de licenciatura da UNIRIO, monitora da disciplina Processos de Musicalização (PROM) ministrada pela professora Silvia Sobreira. Durante todo o ano de 2007 e primeiro semestre de 2008 foi Cristina Soares quem administrou as aulas na turma dos especiais da escola em questão.

Essas entrevistas se fizeram necessárias na medida em relatam a experiência pessoal daquelas professoras com a turma de especiais da Escola Francisco Alves, apontando a necessidade das universidades oferecerem, com maior frequência, aulas de educação especial e no caso de música, que estas aulas sejam mais específicas, com sugestões de atividades a serem ministradas nestas turmas e possíveis adaptações que sejam necessárias devido às peculiaridades provocadas pela deficiência de cada aluno.

Resumo da entrevista com Silvia Sobreira⁵:

Silvia Sobreira ministrou aulas na turma especial da escola municipal Francisco Alves no início do projeto – em 2006 e início de 2007. A partir de então, a monitora Cristina Soares assumiu a turma.

⁵ A professora leu este relato e concordou com sua publicação.

Embora o projeto atenda a todos os alunos da escola, a entrevista com a professora focalizou apenas sua relação com o ensino dos alunos com necessidades especiais.

A professora relatou que no início da execução do projeto passou pelas três fases descritas na introdução deste trabalho: medo, sentimento de incapacidade e preconceito. Ela aprendeu, a partir de processos de tentativa e erro, a lidar com aquele tipo de aluno. Silvia faz questão de comentar que tentou se aproximar das classes como se fosse uma aluna recém formada, ou seja, com todas as dificuldades que um professor iniciante teria ao se defrontar com aquele tipo de problema. Ela também foi ajudada pelas professoras da escola, que mostraram ter bastante conhecimento sobre o assunto. Mais tarde, ela procurou fazer cursos voltados para o ensino da música para pessoas com necessidades especiais. Ela afirma que as exigências legais para o atendimento a esse tipo de aluno pegaram os cursos de licenciaturas do país de surpresa. A nova proposta de educação para esses alunos cria o problema dos cursos terem que ser responsabilizados pela atuação de seus egressos em um campo onde há ainda poucos especialistas. A professora acredita que deveriam ter sido feitos cursos preparatórios para o professor universitário. Embora poucos, existem cursos para os professores das escolas municipais ou estaduais, mas não existem para os professores universitários. O curso de Pedagogia da UNIRIO possui uma disciplina voltada para a Educação Especial e que pode ser cursada pelos alunos da Licenciatura em Música, mas a professora considera que as aulas de música são distintas por trabalharem conteúdos muito próximos da Musicoterapia e que deveria haver uma disciplina voltada especificamente para o ensino da música sob esse enfoque. Ela alega que existem atividades musicais que podem desencadear certas crises e cita um exemplo ocorrido na escola: um aluno entrou em crise quando sua colega lhe pediu, pela terceira vez, que pegasse água para ele. Ele saiu, aos gritos, correndo, pela escola, assustando os outros alunos. A professora da escola explicou que esse aluno não podia se sentir acuado, fato que ocorria sempre que era solicitado de maneira

repetitiva a fazer algo. Silvia observa que nas aulas de música é muito comum que o professor peça aos alunos para repetirem determinada tarefa e teme que crises semelhantes ocorram a partir das demandas do professor de música. Ela considera que as atividades musicais vão muito além das tarefas comuns, exigidas em sala de aula, como escrever e ler e estimulam uma área de desenvolvimento muito próxima ao objetivado pelo campo terapêutico. Ela acredita que o objetivo da aula de música não deve ser confundido com terapia ou musicoterapia, mas afirma que o professor de música deve conhecer mais profundamente os distúrbios a fim de atuar sem que os alunos tenham algum tipo de comprometimento ou desenvolvam crises em decorrência das aulas de música.

Resumo da entrevista com Cristina Soares⁶:

Cristina iniciou suas atividades na turma especial da escola municipal Francisco Alves em Fevereiro de 2007, tendo sido formalizada sua posição de monitora da disciplina PROM apenas em Março do mesmo ano, quando iniciaram as aulas da UNIRIO.

Inicialmente, ao entrar como monitora da disciplina Processos de Musicalização, Cristina tinha como função apenas escrever os relatórios e eventualmente ministrar aulas, anteriormente preparadas pela professora Silvia, nas turmas regulares. Na turma especial ela escrevia os relatórios e participava ativamente das aulas.

Cristina pretendia em escrever seu trabalho de conclusão de curso sobre especiais. Sendo a professora Silvia Sobreira sua orientadora, sugeriu a ela que preparasse e ministrasse algumas aulas nesta turma, tendo em vista a facilidade de que eles já a conheciam e de que ela

⁶ Cristina Soares leu este relato e concordou com esta publicação.

já vinha acompanhando o trabalho desenvolvido com eles. Cristina aceitou de imediato a proposta, mas confessou ter ficado receosa devido à falta de experiência.

Cristina afirma que seu interesse por especiais surgiu ainda quando criança. Tendo ela vivido com amigos e familiares deficientes, sempre se interessou pela educação e meio social para pessoas com necessidades especiais. Aos quatorze anos conheceu uma menina surda, de quem se tornou amiga. Esta aproximação a levou a se interessar, especialmente, pela área da surdez. Aspectos como língua e cultura dos surdos chamavam-lha a atenção. A partir daí, Cristina começou a ler e buscar informações e cursos sobre surdez. Em 2007, cursou a cadeira de Educação Especial na UNIRIO e teve a oportunidade de fazer Leitura e Escrita em Braille no Instituto Benjamin Constant⁷. Atualmente Cristina afirma se interessar por todas as áreas da Educação Especial.

Entre os cursos e disciplinas voltados para educação especial realizados por Cristina estão:

- Curso de Libras – Igreja Batista de Barão da Taquara
- Curso de Libras – Feneis
- Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas (ACC)
- Atividades Musicais para Surdos (Festival de Música de Londrina)
- Deficiência Mental (Festival de Música de Londrina-ouvinte)
- Surdez e Surdocegueira – (CESM)
- Leitura e Escrita Braille – (IBC)
- VII Seminário Nacional do Gines (INES)
- VI Congresso Internacional XII Seminário Nacional (INES)
- Educação Especial (UNIRIO)

⁷ O Instituto trabalha com a educação, preparação e capacitação de pessoas com deficiência visual, baixa visão e cegueira.

Entre os cursos voltados para Deficiência Mental estão:

- UNIRIO – Educação Especial (abordava o tema)
- ACC (na área de Educação Musical)
- Festival de Música de Londrina (na área de Educação Musical)

Cristina diz que sentiu-se insegura quando lhe foi oferecida a oportunidade de dar aulas na turma especial, por não ter muita experiência prática em educação musical em geral, tanto em classes regulares quanto em classes especiais. Segundo seu relato, o fato de assistir às primeiras aulas da Silvia contribuiu bastante para facilitar sua entrada na classe, já que conhecia os alunos, e sabia da apreciação que eles tinham pelas aulas de música. Cristina afirma que sempre se sentia motivada a contribuir com as propostas de atividades musicais diversas que pudessem ajudar aqueles alunos em seu desenvolvimento global.

O principal referencial utilizado por Cristina no preparo de suas aulas é oferecido por Viviane Louro no livro de sua autoria, intitulado “Educação Musical e Deficiência: propostas pedagógicas” (2006). Esta autora aborda aspectos de psicomotricidade essenciais para realização de atividades musicais. Estes aspectos são: Esquema e Imagem Corporal, Expressão Corporal, Lateralidade, Noção Temporal e Tônus.

A professora Cristina cita a importância de saber sobre a deficiência de cada aluno. Ela diz que a turma é heterogênea e cada aluno possui uma dificuldade peculiar a ser trabalhada. Segundo ela, algumas atividades são muito específicas e nem todos os alunos têm facilidade em realizá-las.

Entre os objetivos que Cristina busca alcançar em suas aulas estão: explorar aspectos relacionados à psicomotricidade, lateralidade, noção espacial, equilíbrio, etc. Nesta proposta, a música está presente em todas as atividades, ou seja, são trabalhados aspectos musicais e extra-musicais concomitantemente. Entre os aspectos musicais trabalhados estão: estilos

musicais, timbre, melodia, percussão corporal, exploração de instrumentos não convencionais, entre outros.

A professora salienta que pensa nas aulas de música não como uma terapia para estes alunos, já que não é esta sua formação, mas pensa nos aspectos da educação. E como educadora pensa em auxiliar na formação de cidadãos conscientes de si. Por este motivo, aspectos extra- musicais são trabalhados.

A professora encerra sua entrevista com estas palavras:

Quando entramos na sala de aula não deixamos de ser pessoas e passamos a ser puramente professores, assim como os alunos também não deixam tudo para trás e se transformam em alunos. Todo educador passa por momentos na relação professor-aluno em que precisa se envolver e ter consciência do ambiente social nos quais estão inseridos a escola e o aluno. Desta forma, a música influencia a vida do aluno e o momento no qual ele está vivendo (depoimento concedido em 26/06/2008).

CAPÍTULO 3

AS PROFESSORAS E SUAS EXPERIÊNCIAS

Todo o corpo docente da Escola Municipal Francisco Alves recebeu muito bem a professora Silvia Sobreira e seus alunos, dando total apoio à implementação do projeto que traria as aulas de músicas para a referida escola. As professoras responsáveis pelas turmas dos alunos especiais demonstraram total aceitação pelo trabalho oferecido pela professora Silvia.

O amor e carinho destas professoras para com seus alunos tornam o trabalho que estas desenvolvem em algo admirável. São elas Margarida da Costa Rosa e Priscila Marques⁸.

Neste capítulo será apresentado o resumo das entrevistas feitas com as professoras responsáveis pela turma de alunos especiais (neste caso, alunos com deficiência mental) da Escola Municipal Francisco Alves durante o período em que fiquei observando as atividades das aulas de música na referida turma.

As entrevistas com essas professoras podem fornecer apoio para os novos professores de música que se vêm com a incumbência de dar aulas em turmas de alunos especiais. Além de relatarem suas experiências, as professoras opinaram sobre como se deu sua formação docente, descrevendo como e onde buscar ajuda para obter a competência necessária para trabalhar com os especiais.

A professora Margarida acompanhou a turma observada para esta pesquisa até o ano de 2007 (quando iniciei a pesquisa) e a professora Priscila assumiu no primeiro semestre de 2008.

⁸ Ambas as professoras leram o resumo aqui contido e concordaram com sua publicação.

Resumo da entrevista com a professora Priscila Marques:

A professora Priscila Marques trabalha na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro desde o ano de 2001. Mas, foi apenas em 2005 que ingressou como professora da Escola municipal Francisco Alves. Seus primeiros contatos com a turma de especiais desta escola se deram no momento em que a professora dava aulas na Educação Infantil⁹. Segundo a professora, os especiais interagem com certa facilidade, mesmo não sendo ela a professora da turma. Priscila justifica esta facilidade de aproximação entre eles pelo fato de ela estar grávida, uma vez que eles se interessavam pela gravidez e acompanhavam, com interesse, o crescimento de sua barriga.

Nas palavras da professora, assumir a turma dos especiais foi “o máximo”. Sendo uma exceção à regra geral, ela não teve problemas ou susto inicial. Mas essa reação se deu devido à proximidade que ela já tinha com aqueles alunos e à amabilidade que sempre desmonstraram. Além disso, antes mesmo de assumir a turma, a professora se dedicou a alguns cursos sobre este assunto, por interesse próprio.

Priscila diz que o município oferece, aos professores da rede, a oportunidade de fazerem cursos para se aprofundarem no tema. No entanto, esses cursos, organizados pelo Instituto Helena Antipoff não ocorrem de maneira regular. Por esse motivo, Priscila ainda não teve a oportunidade de participar de cursos oferecidos pelo governo.

Com relação às aulas de música, Priscila as considera de muita relevância e proveito para seus alunos. Segundo ela, essas aulas trabalham aspectos importantíssimos como coordenação motora e a voz. Ela diz que alguns destes alunos têm paralisia cerebral, com comprometimento na fala, na coordenação motora. O cantar, mexer e percutir trabalha estes e outros aspectos importantes para o desenvolvimento daqueles alunos.

⁹ Definida pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 como a primeira etapa da educação básica, a educação infantil é subdividida em creche - para crianças até 3 anos e pré-escola - para crianças entre 4 e 6 anos- fase de atuação da professora. (A atual educação infantil foi anteriormente conhecida como Jardim).

Segundo a professora, os alunos gostam muito dessas aulas e as professoras também partilham dessa alegria que as aulas de música possibilitam. A professora destaca ainda a importância de ter uma boa direção que apóie os professores neste processo. Não bastam apenas palavras e apoio moral, mas é necessário que se providenciem recursos, bem como materiais apropriados para o desenvolvimento para aquele tipo de aluno. Para Priscila, esse apoio é fundamental para que o trabalho com a turma seja prazeroso e proveitoso.

Além da direção escolar, deve haver também o apoio e participação do governo. Priscila destaca ainda que estes alunos recebem apoio governamental no primeiro momento do ensino fundamental, mas que quando passam para uma outra fase, este apoio não se faz mais presente. Neste caso, uma participação mais efetiva do governo, não apenas com projetos que não saem do papel, seria essencial para aqueles alunos.

Um aspecto importante ressaltado pela professora é a participação das famílias no processo educacional daqueles alunos. Ela destaca que em geral, além do trabalho com os alunos, é necessário que haja um trabalho com os pais. Muitos deles se propõem a ajudar. Porém, outros agem como se a escola fosse um local existente para que deixem seus filhos e voltem para buscá-los na hora marcada, sem que haja um compromisso ou envolvimento maior na educação. Para estes, a educação de seus filhos é compromisso apenas da escola. Com estes pais, é necessário ainda um processo de conscientização da importância de um maior empenho e responsabilidade na educação de seus filhos.

A professora encerra sua entrevista ressaltando que para que este trabalho com os especiais dê certo, faz-se necessária a participação de toda a escola -envolvendo direção, professores, alunos e funcionários- além dos pais, do governo e da sociedade de modo geral. Este é um trabalho coletivo e precisa da ajuda de todos para ser realizado com sucesso.

Resumo da entrevista com a professora Margarida:

Margarida da Costa Rosa ingressou na rede municipal de educação do Rio de Janeiro no ano de 1990. Em 2000 iniciou seu trabalho como professora da Escola Municipal Francisco Alves.

Antes de dar aulas naquela escola, Margarida desenvolvia um trabalho -que iniciou em 1990- com uma turma de especiais na escola onde anteriormente lecionava - CIEP Pedro Antônio Varella.

Ao iniciar na escola Francisco Alves, Margarida desejou dar prosseguimento a este trabalho que já realizava há um ano.

Também à exceção de outros casos, já na graduação, Margarida cursou uma disciplina que tratava de educação especial. Na época, estava cursando pedagogia. Mais tarde, na graduação de psicologia escreveu monografia sobre educação especial. A professora diz que o interesse em escrever sobre o assunto surgiu após iniciar um trabalho com os especiais.

Margarida afirma que a tendência de todo professor de educação especial, e ela não escapou a isso, é achar-se incapaz de fazer os alunos aprenderem. Este sentimento a levou a uma reflexão sobre o que ainda não havia sido feito para que estes alunos obtivessem sucesso em seu processo de aprendizagem e o que poderia ser realizado. A professora percebeu que o processo desses alunos é mais lento do que o das turmas de ensino regular. Desta forma, um passo que seria curto para os alunos da classe regular, seria enorme para os da turma de especiais, o que deveria ser considerado.

Após ser invadida pelo sentimento de incapacidade, a professora buscou, por conta própria, conhecimentos sobre o assunto, já que as orientações do Instituto Helena Antipoff não bastavam. Nesta busca, pretendia saber a melhor forma de fazer a intervenção com aqueles alunos. Através de cursos e livros que comprava por si mesma, a professora foi se aperfeiçoando e capacitando-se para o trabalho com os especiais.

Quanto às aulas de música, considera também de muita importância. Ela afirma ser a

linguagem musical muito prazerosa, assim como da arte de modo geral. Segundo a professora, tudo o que é prazeroso facilita a aprendizagem dos especiais (e como uma constatação minha, afirmo ser assim não só com os especiais, mas com alunos de modo geral). Ela ressalta este aspecto porque os alunos especiais, geralmente, possuem muita dificuldade em se concentrar, e como as atividades artísticas chamam muito a atenção, acabam facilitando a concentração e beneficiam a aquisição de conceitos.

Para os novos professores de alunos especiais, a professora orienta que procurem ter menos ansiedade. Eles devem olhar aqueles alunos como pessoas especiais sem compará-los com outros, porque são únicos. Margarida afirma que em uma mesma turma podemos encontrar sujeitos diferentes. Um ou outro tem suas dificuldades particulares, mas não são incapazes. Embora limitados, eles conseguem aprender, mesmo precisando de um tempo maior do que os alunos das turmas regulares.

A professora chamou atenção ainda para a questão da socialização, que é tão importante para estes alunos. Saber estar na sociedade e ser aceito como uma pessoa capaz de interagir, nem sempre é tão fácil para estes alunos e para os que lidam com eles.

A professora orienta ainda aos novos profissionais da área a buscar ajuda através de cursos de formação e chama atenção para as facilidades oferecidas pela *internet*, que hoje traz muitas informações sobre esse assunto. Ela destaca a possibilidade e a vantagem da troca de experiências com professores mais antigos de classes especiais. Ela indica ainda o Instituto Helena Antipoff, mas destaca que este ano (2008) não está havendo tanto incentivo por parte do governo para a realização destes cursos –como já mencionado pela professora Priscila. Além disso, estes cursos não são suficientes, pois a equipe do referido Instituto possui pouco tempo para orientar estes educadores. Se o professor não buscar informação, conhecimento, orientação e recursos por conta própria, acabará perdido dentro de seu trabalho. Sobre a participação do governo, a professora relata que durante três anos seguidos, foi dado

certo apoio para os professores se aperfeiçoarem. Este ano (até a data da finalização deste trabalho) o curso de aperfeiçoamento ainda não foi confirmado.

Segundo a professora, existe um discurso de acabar com a classe especial para incluir os alunos em classe de ensino regular. Porém, para viabilizar esta inclusão, seria necessária toda uma estrutura, além da presença, em sala, de um professor itinerante para acompanhar estes alunos. Mas não existe profissional disponível para assumir esta função. A professora denuncia que ultimamente não estão abrindo classes especiais. Estão apenas mantendo as que já existem, mesmo sabendo que alguns alunos não se adaptam a outras turmas devido às suas necessidades educacionais especiais. O que ela sugere por considerar mais eficiente como modelo de inclusão, é que os alunos das turmas especiais estejam juntos aos demais alunos da escola em momentos como as aulas de educação física, recreação, as festas e eventos da escola. Sendo assim, com a manutenção das classes especiais, o aluno terá a atenção diferenciada de que necessita sendo atendido em suas necessidades. Esse é o modelo seguido pela escola Francisco Alves no que concerne a educação especial. Este modelo tem gerado bons resultados para estes alunos. Resultados estes que podem ser percebidos tanto na esfera educacional como na esfera social. Estes alunos conseguem aprender dentro de seus limites e têm ótima relação com os demais alunos da escola. Não são isolados em salas com grades como acontecia, há até pouco tempo, em algumas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro¹⁰. Desta forma, o modelo de inclusão sugerido pela professora e praticado na escola em questão, evita que se pratique a já citada exclusão sob a falsa aparência de inclusão, uma vez que os alunos especiais têm, de fato, a oportunidade de aprender com as adaptações necessárias, inclusive estando inseridos em uma turma com no máximo 9 alunos. A professora cita o exemplo do suposto fim do Instituto Benjamin Constant. Margarida afirmou ter participado de uma palestra onde foi discutida a recente tentativa de acabar com o

¹⁰ No fim do ano de 2007, ano em que iniciei a pesquisa, fui a uma escola pública municipal no Rio de Janeiro onde a sala dos especiais era equipada com grades. O professor é que se recusava a manter a grade trancada e deixava aberta para os alunos circularem livremente. Inclusive havia um enorme cadeado na grade.

Instituto. No entanto, este fato causou revolta na grande maioria dos alunos lá matriculados que com isso perderiam a chance de um atendimento especializado de qualidade. O fim do Instituto Benjamin Constant impossibilitaria a inserção de seus alunos na sociedade, deixando-os à margem dela. Logo, o fim das classes especiais nas escolas municipais também representa, na verdade, um ato de exclusão social, já que os mesmos perderão o atendimento especializado.

A professora também ressalta a dificuldade em lidar com os pais. Muitos não aceitam a deficiência do filho. Alguns culpam o professor pela dificuldade que o filho apresenta. Outros culpam a si mesmos pela deficiência do filho. Para resolver esta dificuldade, a professora sugere que haja um trabalho de informação e orientação com os pais. Mas, mesmo assim, ela ressalta que o problema é de difícil solução porque alguns desses pais nem ao menos querem ouvir falar sobre a deficiência do filho. Para esses pais, falar sobre esse assunto é doloroso, por isso eles evitam. É preciso conhecer a dinâmica psicológica destes pais para lhes prestar o apoio necessário, fazendo o encaminhamento para o atendimento psicológico.

Margarida nos remete ao tempo em que os especiais eram tidos como monstros, muitas vezes eram mortos, humilhado ou ocupavam um lugar à margem da sociedade e da educação. Como apontado por Corrêa (2003) e Beyer (2005).

A partir desta reflexão ela nos leva a perceber a importância de uma sociedade que saiba lidar com a diferença.

A professora termina a entrevista ressaltando que na escola Francisco Alves os alunos especiais convivem, brincam e interagem com os alunos das classes regulares. Este fato permite que os alunos das turmas regulares aprendam, através do convívio com os especiais, a serem sujeitos que respeitem e convivam com as diferenças. A professora diz ainda que a escola busca para seus alunos uma formação para a cidadania, considerando as diferenças, os direitos e deveres.

A partir das entrevistas destas professoras percebemos que a educação especial na Escola Municipal Francisco Alves tem tido bons resultados. As professoras buscaram e buscam por si mesmas, conhecimentos que as levem a educar seus alunos de forma a torná-los cidadãos participativos socialmente.

A escola não defende nem segue a proposta de inclusão sugerida por Beyer e citada no 1º capítulo deste trabalho, uma vez que esta educação inclusiva só seria realmente aplicável se a escola possuísse toda uma estrutura específica, com um professor extra para ajudar ao professor da classe, por exemplo. Neste caso, seria necessária uma maior participação do governo e mais investimentos para capacitação e contratação de novos profissionais para acompanharem estes alunos nas classes regulares, assim como toda uma reorganização do espaço escolar e da estrutura das salas de aula. No entanto, os alunos dessa escola já estão sendo incluídos. Não foram jogados em turmas de ensino regular onde teriam suprimido o direito à aprendizagem, mas em um espaço onde são vistos por funcionários, professores e amigos como iguais apesar de suas peculiaridades. Desta forma eles têm o direito de conviver e aprender com as crianças consideradas ‘normais’.

CAPÍTULO 4

AS ATIVIDADES

Neste capítulo relatarei algumas atividades realizadas com a turma de especiais da escola municipal Francisco Alves. Também serão relatadas as possíveis dificuldades encontradas pela professora e/ou turma e as adaptações que tiveram de ser feitas para um bom aproveitamento da classe como um todo.

Ao observar as aulas, uma constatação de minha parte foi a necessidade de o professor ter conhecimento sobre a deficiência de seus alunos. Ao preparar as aulas, certos aspectos devem ser levados em consideração a fim de não prejudicar os alunos. Um exemplo já foi citado pela professora Silvia (página 16). Neste caso, atividades repetitivas logo de início devem ser evitadas com este aluno, pois podem desencadear nele este tipo de reação. A princípio, é bom que haja um limite no número de vezes que o exercício será repetido. E se desejar trabalhar este aspecto, o ideal é que o aumento no número de repetições seja gradativo.

Broock (2005), citado por Oliveira e Silva (2007), afirma que o professor deve estar atento às possibilidades e capacidades de cada aluno. Deve fazer diagnósticos prévios a fim de saber qual é o melhor caminho a tomar para educar musicalmente a cada criança. Cada aluno é único e deve ser observado com suas particularidades. Este fato, que também ocorre em turmas de ensino regular, como é bem observado por Bayer (2005), deve ser ainda mais observado em turmas especiais.

As necessidades especiais destes alunos devem ser levadas em consideração na elaboração das atividades e também no momento de aplicá-las. O ideal é que além do

professor de música, houvesse outros profissionais preparados para observar a dificuldade de cada aluno e ajudá-los a superá-las. Este procedimento daria a todos os alunos da turma a possibilidade de chegarem juntos ao mesmo objetivo, atingindo assim a “democracia” citada por Veiga (1995, p.16). O autor afirma que apesar das diferenças no ponto de partida, a escola democrática deve garantir a igualdade no ponto de chegada.

Este fato pode ser ilustrado por uma situação que presenciei ao observar as aulas de música na Francisco Alves. A professora propôs uma atividade onde os alunos deveriam contar o número de vezes que ouviram determinado som. Para alguns alunos, a atividade era bem fácil, uma vez que o número de vezes não ultrapassava a quatro (Depois, o número foi aumentando). No entanto, notei que um aluno em especial não estava conseguindo realizar a atividade e sempre respondia seguindo os colegas. Questionei a professora da turma sobre o motivo da dificuldade em realizar uma tarefa que aos seus colegas estava simples. A professora informou que o aluno tinha dificuldades em associar eventos. Neste caso, ouvir e contar. Além disso, para conseguir contar com sucesso, tinha que concretizar -representar com objetos- o número de batidas ouvidas. A professora da turma foi auxiliar o aluno. Ensinou-lhe a concretizar a ação, contando nos dedos. Cada vez que ouvia o som, levantava um dedo e ao final era só ele contar os dedos. O aluno, que antes estava nervoso por não conseguir realizar a atividade, se acalmou e se alegrou ao perceber que estava conseguindo.

Como já comentado anteriormente, deve-se ter cuidado para não confundir as aulas de música com terapias para estes alunos. Mas, é bem verdade que estas aulas auxiliam grandemente no desenvolvimento de problemas que a terapia busca solucionar. Aspectos musicais, sociais, relacionais e motores são trabalhados nestas aulas. Além do contato com a música, conhecimentos sobre instrumentos, apreciação, reconhecimento de instrumentos pela audição e/ou visão, contato e reconhecimento de gêneros musicais, trabalho com pulso e outros aspectos musicais, são trabalhados também aspectos de socialização através das

atividades em conjunto, onde a turma deve trabalhar em equipe para conseguir atingir os objetivos. Alguns alunos têm problemas em se relacionar com as pessoas em volta, muitas vezes são centrados em si mesmos. Estas atividades em grupo ajudam neste aspecto. Atividades que incentivam a competição também são importantes nas aulas. Para estas atividades a turma é dividida em grupos.

Seguem abaixo algumas das atividades que foram realizadas com sucesso na turma. Considero que foram realizadas com sucesso devido ao interesse dos alunos pela atividade e baseada na aprendizagem destes, levando em conta que a maioria da turma conseguiu desenvolver, com êxito, a proposta, ainda que inicialmente tivesse sido difícil.

Para maiores esclarecimentos, deixo claro aqui que as aulas normalmente são compostas por duas atividades ou muitas variações da mesma. Isto ocorre porque estes alunos não se concentram por muito tempo em uma mesma atividade.

Atividades realizadas na turma:

Atividade 1: Relato de uma aula.

A aula iniciou com audição de uma música (samba) que tinha sons de garfo e faca raspando no prato. Os alunos gostaram muito desta novidade musical.

Após, ouviram uma gravação de latidos e também identificaram, com ajuda da professora, a quantidade de timbres e cachorros.

Em um terceiro momento, os alunos exploraram sons com o corpo (seqüência sugerida pela professora) e conversaram bastante sobre experiências pessoais com música.

Nesta aula, os alunos têm a oportunidade de se expressar falando sobre suas experiências musicais, fato que é muito importante para estes alunos, pois dá a eles a noção de que sua fala é importante e de que ele está sendo ouvido e tendo suas opiniões e vivências

respeitadas e valorizadas. Além disso, novos sons são apresentados a estes alunos, fazendo-os ver como são inúmeras as possibilidades de fazer música, inclusive utilizando o próprio corpo e diversos objetos como fonte produtoras de sons que podem ser musicais. Nesta aula eles também trabalham a percepção através do exercício de descobrir os diferentes timbres de latidos de cachorro que ouvem. Esta atividade possibilita que os alunos percebam os sons que ocorrem a sua volta e trabalha mais um elemento musical que é o timbre. Eles percebem que apesar de todos serem cachorros, produzem sons com timbres diferentes.

Atividade 2:

1-Preparação:

- a. Ouviam uma ciranda e marchavam com a perna esquerda indo à frente, para marcar o primeiro tempo. Ou seja, executando os passos típicos da ciranda, embora não estivessem em roda.
- b. Num segundo momento, quando todos estivessem conseguindo dançar a ciranda, eles incluíam uma palma também no tempo forte – associando, então, dois eventos.
- c. Em um terceiro momento, dançavam em filas retas e com deslocamentos laterais.
- d. Para fechar a atividade, dançavam em roda - noção de figuras geométricas: roda/linha.

Esta atividade além de colocar os alunos em contato com a música através do ato de ouvi-la, trabalha questões musicais como pulsação e regularidade métrica. Além dessas questões musicais, aspectos como noção de espaço, lateralidade¹¹ e lateralização¹², noção de corpo no espaço e reconhecimento de partes de seu próprio corpo através da dança e associação de eventos, o que é um fator complicador para alguns destes alunos. Esta

¹¹ Lateralidade refere-se à consciência de direção: direita/esquerda (Louro, 2006, p.57).

¹² Lateralização “é a dominância lateral da pessoa”: destro/canhoto (Louro, 2006, p.57).

associação de eventos se dá no momento em que os alunos devem ouvir a música, marchar no pulso e bater palma no tempo forte.

Atividade 3:

Atividade de imitação gestual.

a. Para iniciar, a professora coloca uma música. A partir da audição desta música, realiza gestos e pede para que os alunos a imitem.

b. Em um segundo momento, a professora pede para que cada aluno crie uma coreografia para ser imitada pelos demais alunos da turma. Alguns dos alunos foram bastante criativos em suas coreografias. Um dos alunos até sambou muito bem.

Esta atividade coloca os alunos em contato com diferentes gêneros musicais através da audição e trabalha muito com noções de espaço e reconhecimento de seu corpo no espaço através das coreografias. Além disso, trabalha a criatividade dos alunos, incitando-os a criar gestuais para que seus amigos imitem.

Além disso, o fato de o professor e a turma repetir gestos ou sons dos alunos é muito importante para eles, uma vez que vêem suas manifestações aceitas.

Atividade 4:

Os alunos aprenderam a cantar um jongo. As aulas de música nas classes regulares estavam trabalhando com temas ligados à história do Brasil como a chegada da família real à colônia Brasil, a escravidão e libertação dos escravos. A letra deste jongo falava sobre a libertação dos escravos. Após aprenderem a música, foi pedido aos alunos que marcassem o pulso. Depois, dividiu-se a turma em dois grupos e sendo o jongo de compasso binário, cada grupo ficou responsável por marcar um tempo da música. Enquanto o primeiro grupo marcava

o primeiro tempo do compasso, o outro marcava o segundo. Ao final da aula foi pedido aos alunos que marcassem o pulso e cantassem a música simultaneamente.

No dia em que foi feita esta atividade havia dois alunos do curso de Licenciatura cumprindo o estágio. Cristina pôde contar com a participação deles. Um ao violão, e outro observando os alunos com mais dificuldades individualmente e propondo a esses alunos meios de conseguirem realizar as atividades com sucesso.

A maioria dos alunos se dispersa facilmente e por isso não consegue realizar a atividade proposta. Alguns começam bem, mas no meio do caminho se desconcentram e começam a não seguir mais a proposta e realizam a atividade sem se preocupar com o resultado. Um dos alunos, por exemplo, tinha a tendência clara de marcar o pulso enquanto estava lhe sendo pedido que marcasse apenas o tempo mais forte do compasso. Porém, este fato só acontecia enquanto ele estava sem prestar atenção. Este mesmo aluno, uma vez ou outra, parava de realizar a atividade (sem que lhe fosse pedido) e assumia uma expressão de quem estava pensando em alguma outra coisa que não fosse a aula.

Apesar das dificuldades iniciais, ao final da aula todos estavam conseguindo marcar o pulso sem se atrasarem ou adiantarem em relação uns aos outros, em relação ao som do violão e das vozes dos professores que estavam cantando o jongo.

Esta atividade trabalha a coordenação motora, o pulso e o saber ouvir, uma vez que para conseguir marcar o pulso, os alunos têm que ouvir a música que está sendo tocada e cantada.

Em todas as atividades os alunos são levados a falar e expressar suas opiniões sobre os temas discutidos. Desta forma, as experiências e saberes dos alunos são considerados. Busca-se aproximar as aulas à realidade dos alunos através das discussões onde o aluno traz seu saber. Busca-se através destas aulas uma boa escola como descreve Moss (2006). Segundo

este autor, uma boa escola deve reconhecer e responder à diversidade a fim de fazer justiça às crianças, às famílias e aos professores. (Moss, 2006).

Atividade 5 :

Em uma das aulas, a professora levou uma música que procurava representar o som emitido por uma máquina de escrever. A partir desta proposta os alunos foram questionados sobre esse objeto, sobre sua funcionalidade e qual objeto substituiu a máquina de escrever. Todos os alunos nos surpreenderam ao revelar seus conhecimentos sobre máquinas de escrever e computadores. Através dessas conversas estes alunos revelam o quanto sabem e o quanto são capazes de aprender, contrariando a expectativa daqueles que acham que os consideram incapazes. Eles possuem limitações, não podemos negar, no entanto, são capazes de aprender dentro de seus limites.

Freire, *et al* (2007) contam uma experiência que ilustra esta situação. É o caso de uma menina que participou do processo de inclusão nas aulas de música de um projeto realizado pela Universidade de Maringá. Ao final do projeto, percebeu-se que a menina não só conseguiu aumentar sua capacidade de concentração em determinadas atividades, como afirmou-se que seu desenvolvimento musical era maior que o mental. A menina, de apenas 5 anos, conseguia cantar, afinadamente, melodias inteiras. Constatou-se ainda, que apesar de seus movimentos serem constantes, aparentando que ela não estaria prestando atenção às atividades propostas, que a menina estivera o tempo todo captando as informações musicais e trabalhando sua percepção.

Através da observação dessas atividades e da leitura de experiências diversas em propostas de aulas de música para alunos com necessidades educacionais especiais, pude perceber que estes alunos demonstram um crescimento musical perceptível seja em curto ou longo prazo. Dependendo do comprometimento dos alunos os resultados são mais ou menos

rápidos. Na Francisco Alves, por exemplo, as atividades que inicialmente pareciam difíceis, eram realizadas com certa facilidade ao final das aulas.

Em sua entrevista, a professora Margarida afirmou que tudo o que é prazeroso facilita a aprendizagem dos especiais. É perceptível o prazer que estes alunos têm em realizar as tarefas em aula. Eles participam e aprendem muito.

As aulas de música ministradas nesta escola trabalham a interação entre alunos e entre alunos e professores. Desta forma, aborda aspectos que os possibilitam saber estar na sociedade.

Araldi e Malagutti (2007) comentam a importância da música para o desenvolvimento e sua contribuição para inserção social destes alunos ao trabalhar aspectos como estimulação dos movimentos, inibindo o medo de aproximação de outras pessoas e provocando a expressão de sentimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos ao longo deste trabalho que a escola especializada surgiu para dar aos alunos com necessidades especiais a oportunidade de educação. Diante das transformações sociais que privilegiavam as diferenças, viu-se a necessidade de integrar estes alunos às escolas e classes de ensino regular. Com o tempo, percebeu-se que, na realidade, a proposta inicial da integração não estava gerando bons resultados porque os alunos especiais tinham que se adaptar à escola a qual estavam sendo integrados, e não a escola se adaptar para receber estes alunos. Desta percepção, surgiu a necessidade de criar uma escola onde os alunos especiais não somente fossem colocados no mesmo espaço que os alunos das turmas regulares, mas em um espaço reorganizado para atender às suas especificidades. Surgiu então a escola inclusiva, e a Francisco Alves possui uma proposta de inclusão,

A inclusão realizada na Escola Francisco Alves não segue o modelo sugerido pela maioria dos teóricos que defendem a inclusão, uma vez que os alunos especiais se agrupam em uma turma especial. No entanto, esse modelo tem dado certo por permitir que estes alunos aprendam efetivamente, e não somente sejam lançados em salas de aula de ensino regular. Não havendo um número suficiente de profissionais preparados para trabalhar com estes alunos, se eles fossem agrupados em turmas regulares, estariam perdendo a educação de qualidade que recebem em sua turma especial.

Através das observações e entrevistas realizadas neste trabalho, concluímos que os profissionais que saem das universidades não possuem o preparo necessário para trabalhar com os alunos especiais. Para trabalhar com este público, os professores buscam por conta própria o conhecimento necessário para tal. Neste sentido, considero importante que as universidades brasileiras se movimentem no sentido de pensar mais na educação especial no

momento em que estão planejando seu currículo. Diante das transformações sociais e inovações legais que prevêm, já com certo atraso, a entrada de alunos especiais em escolas e turmas de ensino regular, é lamentável que as universidades continuem caladas ou se pronunciando tão pouco a esse respeito. Se as instituições que formam os professores continuarem com um currículo que não abrange a educação especial, nunca poderemos, de fato, realizar a inclusão tida como ideal pela maioria dos estudiosos do assunto, uma vez que nunca teremos um número suficiente de profissionais preparados.

Outro fato importante que pudemos observar, é que as aulas de música na Escola Municipal Francisco Alves se tornaram possíveis de realização graças a um projeto de extensão universitária. Neste sentido, mais acordos e parcerias entre Municípios e universidades deveriam ser estimulados, pois trazem benefícios para os universitários que têm a possibilidade de, ainda na universidade, ter contato com o público com o qual irá trabalhar, além de poder enriquecer sua prática através de discussões com colegas e professores.

Também é necessário que se reconheça a importância da educação musical para o desenvolvimento destes alunos. A música não só auxilia no desenvolvimento como também no processo de inclusão. Através de atividades musicais e da própria música, barreiras entre os alunos especiais e os alunos das turmas regulares são derrubadas.

As atividades realizadas nas aulas de música para os especiais da escola em questão trabalham aspectos musicais, mas buscam além de uma formação musical para os alunos conceder a estes uma formação que sirva para suas vidas e cotidiano.

Concluo este trabalho chamando à responsabilidade todas as pessoas envolvidas com a educação dos especiais. Uma educação inclusiva, onde todos os alunos tenham oportunidades iguais de acesso e permanência na educação, onde os especiais tenham seu direito à educação garantido, não só por lei mas também na prática, requer um trabalho conjunto. Família, estado, universidades, professores e comunidade devem estar empenhados na formação destes

cidadãos. E como dito na introdução deste trabalho, a educação inclusiva não tem por objetivo a pura e simples transmissão de conteúdos para os alunos, mas contribui para que estes adquiram uma maior autonomia e independência, além de promover crescimento pessoal para que vivam como membros plenos da sociedade.

REFERÊNCIAS

Livros, capítulos e artigos:

ARALDI, Juciane; MALAGUTTI, Vânia Gisele de. Estágio em Educação Especial: Um relato de experiência. . In: XVI Encontro Anual da ABEM e Congresso da ISME na América Latina. 2007. João Pessoa. *Anais...Maringá:2007*. (CD ROM)

BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão à Inclusão. In: STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J.J.M. *Educação Especial: em direção à educação inclusiva*. Porto Alegre. Edipucrs, 2004, p 15-26.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. *Educação Especial*. v.1.Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

FONSECA, Vítor da. Tendências Futuras da Educação Inclusiva. In: STOBÄUS, C.D.; MOSQUERA, J.J.M. *Educação Especial: em direção à educação inclusiva*. Porto Alegre. Edipucrs, 2004, p 41-63.

FREIRE, R. D. et al. A inclusão social de uma criança com necessidades especiais em aula de música. In: XV Encontro Anual da ABEM. Florianópolis. *Anais...Florianópolis: 2006*. (CD ROM)

GONÇALVES, Martha Abrantes. *Educação musical e inclusão escolar: uma aproximação teórica*. 2006. Monografia (Curso de Licenciatura Plena de Educação Artística com Habilitação em Música), Instituto Villa-Lobos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

JÚNIOR, J. D. da S.; SÁ, L.M. de. A Construção da subjetividade da criança autista através do fazer musical. In: XVI Encontro Anual da ABEM e Congresso da ISME na América Latina. 2007. João Pessoa. *Anais...João Pessoa:2007*.(CD ROM)

LOURO, Viviane dos Santos; ALONSO, Luis Garcia; ANDRADE, Alex Ferreira de. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas*. São José dos Campos, SP: Ed dos Autores, 2006.

MOSS, P. Uma boa escola deve reconhecer e responder à diversidade, pois, do contrário, ela não faz justiça às crianças, às famílias e aos professores In: *Pátio Educação Infantil*, Ano III, Nº 9, Nov. 2005/Fev. 2006.

OLIVEIRA, Jonathan de. A formação de repertório para as aulas de música em grupo envolvendo alunos especiais. In: XVI Encontro Anual da ABEM e Congresso da ISME na América Latina. 2007. João Pessoa. *Anais...João Pessoa:2007*. (CD ROM)

OLIVEIRA J. de. SILVA, F. B. da. Procedimentos iniciais para exploração da educação musical especial. In: XVI Encontro Anual da ABEM e Congresso da ISME na América Latina.. 2007. João Pessoa. *Anais...João Pessoa:2007*.(CD ROM)

PAIVA, A. C de C. de. A música como recurso para a aprendizagem do aluno hiperativo: Relato de uma experiência. In: XVI ENCONTRO ANUAL DA ABEM E CONGRESSO REGIONAL DA ISME NA AMÉRICA LATINA. 2007. João Pessoa. *Anais...João Pessoa: 2007*.

SANTOS, C. E. As práticas em Educação Musical Especial: possíveis contribuições da Musicoterapia. In: XVI ENCONTRO ANUAL DA ABEM E CONGRESSO NACIONAL DA ISME NA AMÉRICA LATINA. 2007. João Pessoa. *Anais...João Pessoa:2007*.

SUDARIO, Eliale Oliveira. *Inclusão social através da música*. 2006. Monografia, (Licenciatura Plena em Educação Artística – Habilitação em Música) – Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva In: SILVA, T. T ; MORIRA, A. F. (org). *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, Papirus, 1995.

Entrevistas e sites:

Entrevista realizada com a Professora:

MARQUES, P. Entrevista realizada na Escola Municipal Francisco Alves, no Rio de Janeiro em 04/04/2008. 1 fita cassete (30 min).

Entrevista realizada com a Professora:

ROSA, M. da C. Entrevista realizada na Escola Municipal Francisco Alves, no Rio de Janeiro em 16/04/2008. 1 fita cassete (30 min).

Entrevista realizada com a Professora:

SOBREIRA, S. Entrevista realizada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 28/03/2008.

Entrevista realizada com:

SOARES, C. Entrevista concedida via internet em 26/06/2008.

INSTITUTO HELENA ANTIPOFF. Disponível em
<http://www.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/instituto_h_antipoff.htm> Acessado em: 08 de Out
2007.

PREFEITURA DO RIO - EDUCAÇÃO. Disponível em
<http://www.rio.rj.gov.br/sme/leia_tambem/iha.htm> Acessado em 04 Dez 2007.